



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: GERAL A7
Data: 14/11/2012

Sem remédios pacientes param tratamento

Na Oncologia do Hospital João Alves falta medicação necessária. Setor culpa superlotação pela carência de medicamentos

A dificuldade de introdução de novas técnicas e novos medicamentos para o tratamento oncológico através do Sistema Único de Saúde (SUS) é um problema enfrentado em todo o País. Em Sergipe, essa realidade não é diferente. O maior hospital público do Estado, o Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF), recebe pacientes daqui e de estados vizinhos também. A superlotação tem trazido consequências aos pacientes da rede pública de saúde: a falta de medicamentos e a carência de qualidade no atendimento são algumas delas.

Atendendo cerca de 60 pacientes oncológicos diariamente, o HGJAF enfrenta constantemente problemas por conta da falta de medicação necessária para o tratamento oncológico. Alguns são fundamentais para o tratamento e outros remédios intermediários como analgésicos, antibióticos, e antipasmódicos. De acordo com a coordenadora de Oncologia do Hospital João Alves, Rute Andrade, são mais de 200 itens na lista das medicações, mas muitos deles podem ser substituídos.

"Faltam alguns itens da lista, faltam! Falta por conta da demanda que é muito grande, mas nenhum paciente está deixando de fazer seu tratamento, não estamos parados, estamos funcionando normalmente. Alguns medicamentos podem ser substituídos, outros não, mas estamos buscando assistir a todos", explica a coordenadora.

Na relação de medicação para o tratamento oncológico existem 29 medicamentos que são



■ Pacientes com câncer da capital e interior do estado penam na Oncologia do HGJAF

de alto custo. Dentre eles o Citoplax (cisplatina) de 50mg. De acordo com Rute Andrade o fabricante responsável informou através de ofício que esse medicamento está em falta temporariamente. O comunicado do laboratório foi enviado ao HGJAF em agosto, informando que até o final de outubro sanava o problema, mas até o momento o medicamento ainda não foi fornecido.

Segundo Rute, não há um planejamento e o aumento desordenado de pacientes resulta na falta de medicação, demora nos atendimentos e os maiores prejudicados são os pacientes do SUS que não têm outra opção. "Em 2011 nós tínhamos 244 pacientes com câncer de próstata, hoje nós temos mais de 500. Esse número dobrou de um ano para outro. Isso só falando do câncer de próstata,

fora os outros tipos. Vai chegar ao ponto que não iremos mais suportar e quem vai penar é o paciente do SUS", ressalta a coordenadora de oncologia do Hospital João Alves.

Ainda segundo a coordenadora, no ritmo que vai o HGJAF, não vai aguentar a demanda. Pacientes de Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco e outros estados vêm se tratar em Sergipe. Além da rede pública, o hospital também atende pacientes de planos de saúde que não cobrem o tratamento oncológico. "Em outros estados como Alagoas, por exemplo, os pacientes oncológicos estão colocando os planos de saúde na justiça para ter assistência, mas aqui isso não acontece a demanda é toda para nós. Pacientes que não conseguem tratamento em seus Estados, vêm para Sergipe. Temos

pacientes de outros estados que precisam de medicamentos de 28 mil por mês. Temos na lista 10 pacientes que precisam desse medicamento, fora os outros medicamentos de alto custo que temos que fornecer, é uma conta muito alta", relata.

• Os pacientes

A lotação no Hospital João Alves apresenta seus resultados. Dona Maria da Conceição é da cidade de Carmópolis e semanalmente vem até a capital acompanhando sua filha que luta contra um câncer há cinco anos. De acordo com ela, há pouco tempo elas voltaram para casa de mãos vazias porque não tinha a medicação. "Toda semana estamos aqui, minha filha está fazendo a quimioterapia novamente e precisa tomar alguns remédios para o tratamento. Já aconteceu dela voltar

“

Atualmente, essa é uma triste e grave realidade”

Euza Missano |
Promotora de Justiça

que corro atrás, mas ela está em falta aqui no hospital", lamenta a aposentada.

A Assessoria de Comunicação da Secretaria de Saúde informou que as medicações são pedidas, mas o fornecimento não depende deles e sim dos laboratórios. Em relação à substituição das medicações, apenas os médicos podem autorizá-las, porque são eles que conhecem as referências técnicas de cada medicamento.

• Visita do MPE

para casa sem o remédio porque estava em falta, depois quando chegou ela recebeu, mas não posso encobrir o que acontece, o tratamento aqui não é ruim, mas às vezes falta o remédio que é fundamental para o tratamento", conta.

Já dona Iracema de Oliveira é um exemplo dos pacientes que procuram nosso estado para se tratar. Ela mora na cidade de Cicero Dantas na Bahia e vem todos os dias para Aracaju fazer a radioterapia. Ontem ela precisou voltar para casa sem fazer a sessão, a máquina estava sem funcionar. "Hoje eu vim para cá e vou voltar sem fazer radioterapia, o enfermeiro me disse que a máquina está sem funcionar e para eu não dá viagem perdida ligue antes para saber se já está funcionando. Espero que conserte logo, só faltam sete sessões para eu acabar meu tratamento", comenta.

Além da radioterapia interrompida, dona Iracema também está sem utilizar o medicamento Herceptin, responsável pela produção de anticorpos. Há 15 dias a medicação está em falta. "Eu tenho que tomar essa injeção todo mês, mas já tem 15 dias

Levando em consideração as muitas queixas de pacientes que recorrem diariamente à Promotoria de Saúde do Ministério Público do Estado (MPE), a promotora Euza Missano realizou uma visita surpresa, na tarde de ontem, à farmácia de Oncologia do HGJAF e constatou que cerca de 30 medicamentos básicos e importantíssimos no tratamento contra o câncer estão em falta no setor. O relatório da visita está sendo finalizado pela promotora de Justiça Euza Missano e será entregue ainda hoje ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

De acordo com a promotora, apesar de já haver duas ações civis públicas ajuizadas pelo MPE, o número de queixas sobre o assunto apenas tem crescido. "Esse é um tipo de problema recorrente que deve ser evitado o quanto antes, afinal, os pacientes não podem interromper o tratamento pelo simples fato de não haver sua oferta no Estado. O MPE estará solicitando à Justiça que no prazo máximo de 48 horas esses medicamentos cheguem aos pacientes. Essa é uma triste e grave realidade", destaca Missano.